

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

PAM GUIMARÃES SILVA

**INVISIBILIDADE E EMUDECIMENTO NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO: UM
DIÁLOGO ENTRE GÊNERO E ESPAÇO GEOGRÁFICO À LUZ DE DOREEN
MASSEY E MILTON SANTOS**

BRASÍLIA - DF
2024

PAM GUIMARÃES SILVA

**INVISIBILIDADE E EMUDECIMENTO NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO: UM
DIÁLOGO ENTRE GÊNERO E ESPAÇO GEOGRÁFICO À LUZ DE DOREEN
MASSEY E MILTON SANTOS**

Artigo apresentado ao Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia de Brasília como requisito parcial
para obtenção do título de licenciado em Geografia

Orientador: José Vandério Cirqueira Pinto

BRASÍLIA - DF
2024

SUMÁRIO

Resumo	4
1. Introdução	4
2. Problema	5
3. Hipótese	9
4. Justificativa	9
5. Objetivos	12
Geral	12
Específicos	12
6. Perguntas geradoras	13
7. Metodologia	13
7.1 Leitura principal:	13
8. Conversando geografia e gênero	13
8.1 Definindo Gênero	16
8.2 Espaço Geográfico e Gênero	18
9. Espacialidade do espaço para Santos e Massey	27
10. Conclusão	30
Referências	32

Resumo

Este artigo busca, por meio de uma análise qualitativa, apoiada em uma revisão bibliográfica, entender de que modo o conceito de gênero permite o estudo e entendimento do espaço, abordando-a como essencial para a construção de uma geografia crítica e inclusiva, que se propõe a investigar o espaço sem ignorar as problemáticas envolvendo o gênero e visando se alinhar à sua função social de promover mudanças concretas na sociedade moderna. Sendo assim, nesta pesquisa, o objetivo é elaborar um quadro didático sobre as abordagens espaciais de Milton Santos e Doreen Massey, facilitando a introdução da teoria de gênero em pesquisas geográficas de cunho socioespacial. Além disso, busca-se demonstrar a correlação entre as questões de gênero e a teoria espacial, destacando, a partir das leituras, as contribuições que elucidam e sugerem caminhos para uma observação do espaço que considere as questões e problemáticas de gênero.

1. Introdução

Este artigo busca estudar o espaço geográfico fazendo uso do conceito de gênero, abordando principalmente o conceito de espaço proposto por Milton Santos e Doreen Massey. A proposta é apresentar todo o texto seguindo uma dinâmica de discussão entre os autores indicados como principais. Possui a seguinte estrutura: primeiramente vamos debater e abrir espaço para uma conversa entre gênero e geografia; seguindo para a definição do que é gênero; como espaço geográfico e gênero se relacionam; como podemos definir a espacialidade de Santos e de Massey e finalizando com a elaboração de um quadro que sintetize e explique o conceito e a aplicação com base nesses autores.

A temática de gênero se encontra na geografia a partir do momento em que as espacialidades estão condicionadas às conjunturas sociais. Me coloco na posição de uma pessoa não binário¹ e em contato com comunidades LGBTQIAP+, que vê na geografia um meio de dar visibilidade à luta de grupos que, no contexto acadêmico, ainda sofrem com um apagamento devido ao preconceito enraizado, que aparece por meio dos pesquisadores, visto que nem a ciência, nem seus investigadores são neutros. Sendo assim, como parte da sociedade, as relações de gênero junto às dinâmicas sociais se tornam parte da construção do espaço. Com isso, busca-se também expor as diferentes formas como os estudos geográficos são capazes de fazer essa identificação das dinâmicas socioespaciais de gênero a partir do estudo do espaço.

Dependendo da forma como a análise geográfica do espaço é realizada, ela se torna reprodutora de aspectos sociais que invisibilizam certos grupos. Sendo assim, considerando que a geografia possui uma natureza capaz de compreender os problemas sociais através do

¹ Pessoas que se identificam através de uma lógica não binária, ou seja, são pessoas que não se restringem à noção de que somente existiriam homens e mulheres (Glossário da Diversidade, 2019).

espaço, não considerar certos grupos implica que seus problemas não existam, e, por esse meio, ela resulta em um emudecimento.

Gayatri Chakravorty Spivak (2010) configura o emudecimento como referente ao estado de estar silenciado, nesse sentido, em contextos historicamente políticos e culturais. Significa a marginalização de grupos que, por meio do silenciamento, não podem ter suas vozes ouvidas e suas lutas representadas. Têm, por meio do silenciamento, sua própria identidade negada e apagada no contexto social. O emudecimento é uma forma de violência onde os subalternos, são silenciados pela dominação hegemônica. Os subalternos são os grupos, indivíduos que têm sua participação negada pelo imperialismo cultural, nesse caso, pelos grupos hegemônicos. Podemos entender os subalternos como a representação da invisibilização, emudecimento dos grupos que, por um processo histórico e cultural, possuem pouco espaço nas estruturas de poder. O emudecimento de pessoas com base na não consideração da diversidade de gêneros para além da heteronormatividade² configura uma opressão contra esses grupos.

Com base nessas considerações, essa pesquisa tem como foco validar a geografia como ciência investigadora do espaço e das relações sociais, bem como uma ferramenta de transformação dessas relações. Busca-se, desse modo, adentrar nas principais pesquisas feitas acerca do tema gênero partindo da análise e conceituação de espaço geográfico elaborada por Milton Santos e Doreen Massey.

2. Problema

Joseli Maria da Silva (1998) destaca a maneira como a geografia estuda o gênero como uma dimensão da vida social, abordada e incorporada às conjunturas existentes em diversas escalas. Segundo Marlise Matos (2008), os estudos de gênero e estudos feministas atualmente já encontraram seu espaço nas pesquisas acadêmicas, sendo responsáveis por transformações nesse campo de pesquisa das ciências humanas. Reconhecendo essa importância que o estudo de gênero conquistou no ambiente acadêmico, há de se pensar como isso se reflete na geografia e no seu papel na sociedade.

Nesse sentido, como traz Gaudêncio Frigotto (2020), os estudos de gênero foram alvo de um governo conservador e atualmente de parlamentares que se utilizam da armadilha do medo para criminalizar o pensamento crítico com a justificativa de que a “ideologia de

² Normas sociais que vinculam o comportamento heterossexual ao “padrão” e à norma geral de expressão da sexualidade no meio social. Refere-se à ideia de que o comportamento heterossexual é o único válido socialmente ou o único existente (Glossário da Diversidade, 2019).

gênero” doutrina as pessoas. Mais de 340 projetos de lei anti-LGBTQIAP+ tramitam no Brasil, segundo apontam levantamentos sobre o assunto (Revista Fórum, 12 nov. 2024). Ainda em 2025, em seu discurso de posse da presidência, Donald Trump mostra hostilidade a esses grupos e reafirma que o governo norte-americano não reconhece nenhuma identidade fora do heteronormativo (G1, 20 jan. 2025). No Brasil, várias figuras importantes do governo anterior também seguiram a mesma linha de hostilidade. Em várias ocasiões, o ex-presidente Jair Bolsonaro fez discursos que mostram hostilidade a grupos LGBTQIAP+, em 2019, por exemplo, ele afirmou que o Brasil não deveria ser um "paraíso do turismo gay" e que "temos famílias" (Metrópoles, 26 abr. 2019). Em 2021, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, afirmou: “Minha filha Geórgia não tem nem 1 ano e já sabe que ideologia de gênero, isso de que homem não nasce homem e que sexo é uma construção social, é furada.” (Poder360, 03 out. 2021). Em 2019, a ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, também fez declarações reforçando estereótipos de gênero; ela afirmou que "menino veste azul e menina veste rosa" (G1, 03 jan. 2019). Isso demonstra cenário reacionário e homofóbico no país.

Considerando esse debate, uma geografia que se rende ao medo desconsidera o papel dos estudos de gênero como fator social condicionante das transformações espaciais. Essa também reproduz uma investigação opressora e excludente pautada em preconceitos; nisso, se exige da função social que lhe compete e se torna correspondente a uma ordem vigente que visa, sem remorso, apagar e até mesmo exterminar, por meio da propagação de ódio e mentiras, qualquer identidade que fuja desses padrões, que não seja considerada legítima diante da heteronormatividade.

A geografia e sua análise espacial da realidade e das vivências são ferramentas para entender os problemas originados das relações de opressão de gênero. Há então a necessidade de reforçar os estudos da temática de gênero na geografia como passo para a emancipação do seu caráter científico transformador.

Com base na análise do artigo *Invisibilidade da Mulher na História Do Pensamento Geográfico: o caso de Mary Arizona (Zonia) Baber* (José Vandério, Wallace Vitor Leão, 2020). Existem pesquisas de gênero, mais feministas, e pouquíssimas da comunidade LGBTQIAP+, que são invisibilizadas, nesse sentido, muitas das geografias feministas sofrem de um silenciamento no campo da formação acadêmica. O que ocorre é, mesmo com diversas influências e contribuições no campo acadêmico científico, um esquecimento do nome dessas geógrafas, nesse caso, Zônia Baber. Posteriormente, neste texto, será discorrido que Scott (2017) também vai abordar como esse apagamento das produções científico-acadêmicas

originadas dos movimentos feministas é um processo recorrente nos diversos campos dessas produções.

Joseli (2013) classifica como geografias malditas aquelas que, na visão hegemônica heteronormativa, ameaçam a pureza da ciência geográfica. Nesse sentido, temas que fossem considerados indignos (sexo, gênero, sexualidade) teriam suas espacialidades e suas existências apagadas, não reconhecidas, tanto no meio acadêmico como, por consequência, na sociedade. Ela argumenta que, no começo, não se esperava que os comportamentos sociais de preconceito e discriminação estivessem tão presentes no ambiente acadêmico, já que esses seriam lugares de racionalidade e foco na objetividade dos fatos. O que ocorre é que a ciência produzida no ambiente acadêmico carrega consigo um conjunto de valores e crenças de seus pesquisadores, nesse caso, crenças carregadas de preconceitos e um olhar negativo para questões sociais de grupos marginalizados.

Fazer uma geografia institucional aos moldes da colonialidade do saber, citando Edgardo Lander (2005) e a abordagem na geografia feita por Valter Cruz (2017) implica participar de um campo onde o discurso é controlado por procedimentos que visam manter a ordem vigente. Nenhuma ciência e nenhum pesquisador é neutro. Manter-se alheio a esses procedimentos implica colaborar com o impedimento de que todos os sujeitos tenham acesso às regras estabelecidas. Dentro desse contexto, é muito clara a existência de uma relutância em abrir espaço para abordagens das sexualidades e das identidades de gênero na geografia brasileira, simplesmente porque esses temas são considerados disruptivos dentro do campo científico. E isso ocorre sem necessariamente necessitar de um esclarecimento factual dessa relutância, tornando-se uma pauta moral e equivocada para inviabilizar determinados grupos.

Joseli (2013) ainda argumenta como essa falsa verdade, baseada no discurso hegemônico, reproduz meios de violência. Essa falsa verdade leva à exclusão, e a violência não é apenas simbólica, mas também material. Quando são feitas avaliações negativas sobre os artigos, não são destacadas falhas metodológicas ou epistemológicas, mas sim opiniões subjetivas que afirmam que os textos representam um discurso herético no mundo sagrado da ciência geográfica.

Por isso, têm-se a proposta de explicar a teoria de gênero a partir da conceituação do espaço por Milton Santos, dialogando com outros autores e usando como elemento de síntese desse processo, mesmo sabendo da distância do pensamento miltoniano para o debate de gênero, porém sua concepção de espaço pode nos dar subsídios para o debate.

Conforme o Dicionário Ciência na Escola (2024), o gênero está associado a uma construção social, ou seja, uma construção dos comportamentos esperados socialmente para

mulheres e homens. Socialmente, definem-se os comportamentos ligados a cada um dos sexos e, nesse processo, encontram-se evidências de que essa construção social é responsável pelas desigualdades entre os sexos. Entende-se também que, ao identificar o gênero como uma construção social, reconhece-se a existência de pessoas cujo gênero não se encaixa nas categorias tradicionais de masculinidade e feminilidade, segundo o verbete “gênero” no dicionário:

Delineia-se que a compreensão de gênero perpassa, simultaneamente, por concepções individual e coletiva, isto é, de como determinada pessoa se identifica e como é identificada nos meios sociais pelos quais transita. Ao se realizar a distinção de gênero e sexo reconhece-se as diversas possibilidades de (auto)reconhecimento no espectro que tem o masculino e o feminino como referenciais, mas não se limita a esses dois conceitos. (Paulo Gabriel Guimarães; Luan do Carmo; 2024 p. 126).

Joseli (2007), em *Geografias Subversivas*, expande essa perspectiva para a geografia ao abordar como a visão da construção social da feminilidade e da masculinidade abre espaço para estudos geográficos que investigam esse conjunto de relações socioespaciais, além de explicações do espaço pautadas nessas relações. Para ela, “A utilização do conceito de gênero na geografia deve levar em consideração que é dinâmico, que constrói e é construído pelas experiências e vivências cotidianas espaciais a partir de representações” (2007, p. 42). Podemos posicionar a geografia como uma ferramenta capaz de identificar como as diferentes construções sociais pautadas no gênero transformam o espaço através das relações de gênero.

Com base no que constrói Joseli (2013) em *Geografias Malditas*, o corpo é abordado a partir de algumas perspectivas espaciais, como a forma que ele é escrito e escreve o texto cultural. Ou seja, como os corpos são campos representacionais, que moldam e são moldados pela linguagem, que em contextos culturais diferentes negam uma idealização e habitam o espaço a partir de uma pluralidade de culturas. O corpo também é material, possui forma e tamanho, de maneira inegável “ocupa” um espaço físico e, por meio de ações, produz nesse espaço. Os corpos também são explorados como forma de constituir poder, de inscrever capacidade de controle; nesse sentido, também podem servir para propósito contrário, podem ser resistência, protesto, são políticos e também espaço de performatividade, podem ressaltar uma posição de contestação e enfrentamento frente a essa tentativa de controle. Nesse sentido, os estudos *queer*³ e feministas procuraram entender os corpos como objetos discursivos e que se diferenciam em cada espaço-tempo.

³ Refere-se a uma prática de vida que não se baseia nas normas sexuais socialmente preestabelecidas, tais como o modelo de heteronormatividade e/ou do binarismo de gênero (Glossário da Diversidade, 2019).

Pode-se afirmar, então, que o corpo é uma base sólida, espacial, e que nele podem ser inscritos o gênero e as sexualidades. Ou seja, o corpo pode representar esses aspectos por meio da sua identidade. Nesse sentido, além disso, forças políticas atuam para mantê-lo limitado e construído por marcadores sexuais. Portanto, com base em *Geografias Malditas*, pode-se dizer que o gênero é visto como algo que se faz, e não o que se é essencialmente.

3. Hipótese

Procura-se pesquisar e analisar criticamente como a conceituação de espaço proposta por Doreen Massey e Milton Santos pode explicar a teoria de gênero na geografia. Criando um diálogo desse conceito tendo como apoio os autores: Joseli Maria Silva, Joan Scott, Judith Butler e Gayatri Chakravorty Spivak. Estruturando esse trabalho de modo a identificar as contribuições feitas, as lacunas e as questões a serem exploradas, com foco em rever como essas contribuições se constroem e desenvolvem a abertura para um pensamento crítico sobre a relação entre os estudos de gênero e os estudos de geografia. Avaliando um caminho pelo qual pesquisadores da área de geografia possam ser introduzidos à teoria de gênero e propondo, como, a partir das fontes estudadas, a geografia pode possibilitar repensar outras dimensões da questão de gênero.

4. Justificativa

Compreender as implicações do gênero na espacialidade é uma etapa importante da investigação socioespacial. Mas de onde surge o desafio de implementar a temática gênero aos conceitos da geografia? Com base no que diz Guacira Lopes Louro (2011), surge do momento em que consideramos que, historicamente, a educação, que entendo sendo um campo de conflito e a partir disso reflexo de diferentes esferas da nossa sociedade, ou seja, se construiu como um campo normativo e patriarcal. Sendo assim, não se abordava a temática de gênero na geografia porque esse espaço opera na perspectiva da heteronormatividade. Isso significa que o entendimento do que é o mundo já está pautado nessa perspectiva, e para que isso mude, precisa haver efetivamente uma ruptura com essa herança de uma ciência que considera somente as visões de mundo daqueles que seriam a classe dominante, nesse contexto, majoritariamente homens cisgênero⁴.

Quem vai trazer essa desconstrução e abrir caminho para como podemos repensar a construção do espaço, numa perspectiva não normativa, é justamente Massey (2008) em *Pelo*

⁴ Pessoas que se identificam com características físicas, sociais e culturais vinculadas ao gênero que lhes foi atribuído com base em seus aspectos corporais/anatômicos (Glossário da Diversidade, 2019).

Espaço. A obra de Massey permite pensar o espaço geográfico para além das definições de extensão, distância e localidade. Ela mostra como relações e conclusões guiadas por uma multiplicidade de identidades geram resultados e produções espaciais. Permite, através da abertura do espaço, a possibilidade de trabalhar a partir de questões políticas e sociais. Nesse processo, o tempo tem sua importância à medida que as coisas e relações mudam e crescem. O espaço também está sempre em processo de mudança, possibilitando essas novas relações e se transformando através delas.

Assim como as outras ciências, a geografia também está sujeita a ter suas investigações definidas pela perspectiva de seus investigadores. Leva-se em conta que nenhuma perspectiva seja neutra e que isso torna a geografia resultado das visões de mundo dos seus geógrafos pesquisadores. Se considerado um aparelhamento político e ideológico, herança de uma antes clara hegemonia do homem cis, branco e hétero, tem-se um contexto no qual uma ciência pautada nessa visão de mundo possa se tornar algo normativo e opressor para os grupos que não se encaixem nos padrões propostos.

A ciência geográfica hegemônica é marcada por privilégios de sexo e de raça, características que dificultaram a expressão das espacialidades dos grupos das mulheres, dos não-brancos e dos que não se encaixam na ordem heterossexual dominante. Durante muito tempo, as existências espaciais desses grupos ou de suas ações concretas não foram consideradas 'adequadas' como objetos de estudos do campo da geografia. A razão de suas ausências no discurso geográfico deve ser entendida pela legitimação naturalizada dos discursos hegemônicos da geografia branca, masculina e heterossexual, que nega essas existências e também impede o questionamento da diversidade de saberes que compõem as sociedades e suas mais variadas espacialidades. (Joseli, 2009 p. 26)

Entende-se que uma hegemonia se estabelece pela influência direta que um determinado grupo exerce sobre outro, seja no campo político ou em outras esferas. O ponto é que uma hegemonia está além do controle opressor, pois, por meio da ideologia, influencia as classes dominadas a esse controle de maneira quase que voluntária. Sendo assim, uma hegemonia garante que o controle sobre diferentes grupos seja exercido tanto pela força como pela manifestação voluntária influenciada por uma ideologia dominante. Importante ressaltar que o domínio ideológico não se dá de maneira geral, mas entre os grupos aliados a classe dominante, porém abre possibilidade de controle, até mesmo pela força daquelas dissidentes, o aparelhamento político garante isso (Alves, 2010). Sendo assim, entender o papel do gênero e a importância desse debate faz parte de uma ruptura dessa hegemonia.

Para Maria Lugones (2008), para a manutenção da hegemonia, têm-se tentado controlar as relações entre grupos e de pessoas com a natureza, além do controle dos meios de produção material e, por consequência, cultural. Esse controle acontece primeiramente por um processo de negar a identidade do outro, padronizar as pessoas em algo universal e que esconda diferenças, mediar o que elas podem consumir e reproduzir, quantificá-las reduzindo-as a números, ou seja, passos para objetificar as pessoas, apagar a identidade de grupos, resumindo-os a objetos.

Essa manutenção também passa pela mitificação da identidade universal. Na leitura de Lugones (2008), esse processo ocorria sobretudo por uma imagem do colonizador, ou seja, outros habitantes do mundo, outros seres humanos, outras identidades, passaram a ser vistos como uma etapa anterior da história das espécies, onde, nesse contexto, elas seriam apenas parte do caminho, apagadas em prol de um avanço do homem colonizador. Ou seja, mantém-se a hegemonia, reduz-se a existência do outro como um objeto, parte do caminho, algo menor, até mesmo inválido de qualquer reconhecimento. Sendo assim, a partir de Maria Lugones (2008), pode-se definir a hegemonia como o silenciamento e marginalização de grupos subalternos, através da imposição de normas e valores culturais e políticos, estabelecidos por um grupo dominante.

Abordar o gênero no ensino de geografia também se expande na compreensão de diferentes relações de poder e políticas que pautam o espaço em que vivemos, reconhecendo assim as desigualdades e opressões que surgem a partir dessas relações, tal qual é reafirmado por Guacira (1997, p. 24):

Discutir a aprendizagem de papéis masculinos e femininos parece remeter a análise para os indivíduos e para as relações interpessoais. As desigualdades entre os sujeitos tenderiam a ser consideradas no âmbito das interações face a face. Ficariam sem exame não apenas as múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e as feminilidades, como também as complexas redes de poder que (através das instituições, dos discursos, dos códigos, das práticas e dos símbolos...) constituem hierarquias entre os gêneros.

Santos não aborda gênero, mas a construção social debaixo do espaço proposto permite uma interdisciplinaridade para análise do papel das identidades nesse processo, o que se esbarra na materialidade, ganha sentido na análise das relações de poder que estão ligadas à mesma. Santos (2021, p. 106) cita: “O novo nem sempre é desejado pela estrutura hegemônica da sociedade. Para esta, há o novo que convém e o que não convém. O novo pode ser recusado se faz uma ruptura que pode retirar a hegemonia das mãos de quem a detém.”.

Entender que antes as investigações científicas eram voltadas para a visão do homem (sujeito biológica e socialmente representado pela cis-heteronormatividade), explica como o estudo de gênero se torna alvo de críticas por aqueles que querem manter esse *status quo*. O que foge desse padrão é visto como ameaça nesse processo, e dentro disso, a própria constatação do gênero como algo fluido e não universal se dá como uma ruptura desse *status*.

É por esse caminho que o estudo do gênero permite identificar e questionar essas construções sociais (De Jesus et al., 2008), sendo assim, introduzir esse tema na geografia de Milton Santos pode tornar esse campo do conhecimento mais próximo da realidade das pessoas afetadas pelo processo de apagamento das suas identidades. Pode-se ainda argumentar que o andamento descrito também permite entender que o gênero é algo que se traduz nos segmentos e pensamentos do cotidiano, como, por exemplo, a ideia de que meninas precisam brincar de boneca ou de que a utilização das cores rosa e azul são definidas pelo sexo (Scott, 2017).

“O que se defende, portanto, é a necessidade de se entender a construção das identidades como a possibilidade de elaboração de um projeto de emancipação que contribua para a transformação social.” (Ferrari, 2005, p. 362). Nesse sentido, uma geografia que aborda o gênero é aquela que considera todas as identidades como influenciadoras e influenciadas pelo espaço, e nisso, se distancia daquela que reproduz opressões através do apagamento dessas identidades.

5. Objetivos

Geral

- Analisar a teoria de gênero a partir do conceito de espaço geográfico de Milton Santos e Doreen Massey.

Específicos

- Trazer quadro didático com as abordagens de espaço de Milton Santos e Doreen Massey, proporcionando um caminho para introdução da teoria de gênero em pesquisas geográficas de cunho socio-espacial.
- Demonstrar a correlação entre a questão do gênero e a teoria espacial.
- Destacar, a partir das leituras, as contribuições que podem elucidar e sugerir caminhos para uma observação do espaço que considere as questões e problemáticas de gênero.

6. Perguntas geradoras

- Qual a relação entre gênero e geografia, e qual a relevância de se estudar o gênero em geografia?
- De que maneira a temática de gênero aparece nos conceitos da geografia apresentados nos textos indicados?
- Sob quais pressupostos é possível aliar os estudos de gênero às conceituações de espaço do Milton Santos e da Doreen Massey?
- Como nossa sociedade atualmente reage sobre esse tema e porque ele parece tão distante da nossa realidade?

7. Metodologia

Revisão bibliográfica com o objetivo de explicar a teoria de gênero a partir do conceito de espaço geográfico de Milton Santos e Doreen Massey. As fontes escolhidas para essa pesquisa foram (o critério se deu por três fatores, se são pesquisas contemporâneas, se são autores renomados em suas respectivas áreas e se os textos são relevantes para o tema):

7.1 Leitura principal:

- Milton Santos - A Natureza do Espaço
- Milton Santos - Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica
- Milton Santos - Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia
- Doreen Massey - Pelo Espaço
- Joseli Maria Silva - Geografias Malditas
- Joseli Maria Silva - Geografias Subversivas
- Joan Scott - Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica
- Judith Butler - Problemas de gênero: Feminismo e Subversão da Identidade
- Gayatri Chakravorty Spivak - Pode o Subalterno Falar

8. Conversando geografia e gênero

Pensar em geografia é pensar sobre o espaço, mas sobretudo sobre as pessoas que o formam. Há um consenso de que as ideias de uma pessoa podem ser influenciadas pelas experiências que ela vive. Nesse sentido, um pesquisador que investiga os eventos e

fenômenos observados na geografia pode partir de um ponto de análise influenciado pela sua visão de mundo. Uma visão de mundo que está limitada, até certo ponto, pelas experiências que o pesquisador viveu ao longo de sua trajetória.

Acreditamos que uma das contribuições da geografia cultural no questionamento sobre a realidade social excludente que hierarquiza indivíduos de acordo com sua raça, classe e gênero, é o interesse cada vez maior por temáticas antes desconsideradas, já que não se tratavam do tradicional “fazer geografia”. (Lorena; Ratts, 2009, p. 110)

É desse ponto que surge a proposta de criar um diálogo entre espaço e gênero, uma tentativa de usar um conceito que se aplica a todas as pessoas para possibilitar que o pesquisador, ao entender a relação entre esses dois elementos, possa pensar fora da caixinha de suas próprias experiências. Mais do que isso, não só ver fora da caixinha, mas olhar para a própria caixa, resgatando-se para pensar sobre as pessoas que formam essa caixa. Entender a relação entre gênero e geografia é uma reafirmação de que a própria geografia outrora foi colocada como um meio de investigar e buscar soluções para problemáticas e dinâmicas do espaço, que sobretudo colocaram as pessoas e suas vivências com o meio, natural e não natural, com o espaço e entre si, como o centro do objetivo dessa ciência.

Massey (2008) esclarece que, inerentemente ao mundo, a espacialidade continua apresentando alguns desafios, e que, na maioria das vezes, ele não é pensado. Imaginar o espaço como uma superfície em que nos localizamos, a maneira como o espaço é transformado em tempo e a separação do lugar em relação ao espaço externo são meios de controlar esses desafios apresentados. Para deixar claro, mais especificamente, um dos desafios que podemos abordar é a própria dificuldade da geografia de integrar a análise das identidades aos seus estudos de modo que não tenha que ser algo específico, ou seja, entender que, por si só, a geografia deveria reconhecer essas identidades de modo comum, automática é um dos desafios.

O artigo de Ratts (2018) *Corporeidade e diferença na Geografia Escolar e na Geografia da Escola: uma abordagem interseccional de raça, etnia, gênero e sexualidade no espaço educacional*, permite refletir acerca do corpo e suas formas de identificação podem ser reconhecidos como uma categoria de pensamento e ação, parte do processo de interação entre ação e objeto. Nesse sentido, a cidadania, o ser e a identidade, suprimida e incompleta (aqui, razão de um apagamento), tornam-se um tema e um dilema para a geografia, que, como ferramenta, possui a capacidade de investigar essas multiplicidades de expressões e interações espaciais. Ou seja, o mérito é reconhecer que a geografia, ao estudar os espaços sociais, pode

abordar as diferenças sociais, de raça, étnicas e principalmente de gênero, na forma como vai abordar o espaço, seja nas transformações a partir de um processo material, nesse caso, de intenções e objetos, ou até mesmo a partir da forma como a troca entre as identidades, ou mesmo como a própria identificação caracteriza um espaço antes de sua materialidade.

O espaço geográfico pode ser entendido através de uma complexidade impressa nele pelas relações sociais que se manifestam de diferentes maneiras, manifestações que são parte de processos históricos e contemporâneos. Em *Por uma Nova Geografia*, essas relações e processos históricos são a lente que possibilita ver o espaço não mais como algo único e uniforme em todos os lugares, mas como algo condicionado e evidenciado pelas relações e desigualdades sociais. Em resumo, o espaço se define mediante formas bem representativas das relações sociais em diferentes tempos; essas relações formam estruturas ao longo dos anos e acontecem diante dos nossos olhos quando se manifestam através das formas e funções. Por isso, o espaço não é uniforme em todos os lugares.

Considera-se, então, uma perspectiva que olha para o espaço através das formas e funções produzidas pelas relações sociais e, nesse meio, existe o ser. Tendo em consideração que o ser é agente e sujeito nessas relações, tem-se também que ele é metamorfoseado em existência por meio dos processos impostos por suas próprias determinações (Santos, 2021). É através das formas e funções que se torna possível influenciar as mudanças sociais. Em outras palavras, existe uma cadeia nesse processo, onde cada elemento se torna agente e sujeito em relação ao outro. O espaço é refletido nas relações sociais, refletidas nos seres, que refletem as formas e funções, que agem sobre e a partir das relações. Desse modo, ser, formas e funções, e relações sociais são elementos que, em sua dinamicidade, refletem-se em si e no elemento catalisador, o espaço, que não é necessariamente a origem ou o final, mas o modo como podemos observar, investigar e entender esses processos em constante transformação.

Estabelecer uma relação entre esses fatores como peças importantes na reprodução do espaço permite também estabelecer uma relação clara entre gênero e espaço. Parte-se do princípio de que todas as pessoas possuem um gênero e estão envolvidas em relações que se fundamentam nessa característica em comum. David Harvey (2004) complementa, ao dizer que nenhum humano está livre dos processos sociais que “determinam” suas posições. Dessa forma, ao analisar um grupo de pessoas, é seguro afirmar que suas reproduções espaciais, relações, funções e formas também são pautadas por essa característica inerente a cada um, em uma sociedade fundamentada na diferenciação entre os gêneros. Com base no que concluem Lorena e Ratts (2008), ter uma pesquisa geográfica que ponha em perspectiva o

enfoque no gênero, possibilita instigar os sujeitos preocupados com esse conceito a questionar e repensar mitos e práticas estereotipadas que podem e vão influenciar na geografia.

Como discutido, a geografia vem se mantendo distante do debate de gênero, não por sua natureza ou por uma falta de objetividade ao abordar essas questões, já que, como vimos, muitos autores trouxeram contribuições a partir de pesquisas sobre gênero. Além disso, considera-se como parte importante se o objetivo for uma análise do espaço que considere o todo e possa abordar questões sociais e abertas à desconstrução do pensamento hegemônico. E é nisso que se esclarece esse distanciamento e apagamento, por uma sistematização do saber, por parte de uma ordem vigente, que objetivamente negligenciou certos grupos, para que assim, fizesse a manutenção do poder. Assim como as outras ciências, a geografia se torna ferramenta de quem detém essa posição. Mas também viu-se que os movimentos de resistência proporcionaram que esse cenário mudasse, a partir da leitura em Cirqueira (2018) e Matos (2008). Mesmo que lentamente, o que vemos então é que recentemente vem-se fazendo uma grande discussão no seio das geografias dissidentes, onde essas vozes agora ganham espaço.

8.1 Definindo Gênero

O Manual de Comunicação LGBT (2015) expõe o conceito de gênero como criado para distinguir a dimensão social da dimensão biológica. Nesse sentido, considera-se a existência de machos e fêmeas na espécie humana; no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Ou seja, os significados do que é ser homem e mulher são produtos da realidade social, da maneira como a cultura funciona e se impõe sobre as pessoas. Também, no Glossário da Diversidade (2019), reforça-se que a maneira de ser mulher e homem é dada pela construção social, que orienta os comportamentos por meio de papéis e expressões de gênero.

A partir das análises de Judith Butler (2018), em Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade, não se pode definir uma identidade através de uma predefinição do gênero das pessoas, dado que essa se constrói dentro desses contextos. O gênero se estabelece entre intersecções de alguns fatores sociais, raciais, classistas, étnicos, sexuais e regionais. Desse modo, impossibilita-se desassociar a noção de “gênero” das condições políticas e culturais onde ela é produzida e mantida. Em diferentes contextos, mesmo o padrão do que se entende como “homem” e “mulher” pode ser diferente a partir dessas condições.

Considera-se, então, que o gênero se formulou como esse questionamento sobre a tese que definia a biologia como destino. Nesse sentido, o gênero é culturalmente construído e, conseqüentemente, não é resultado do sexo e nem mesmo fixo e imutável. Desse modo, o *status* do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, tornando-se flexível.

Por esse caminho, tem-se que considerar a maneira como o gênero é construído quando relacionado ao sexo, ou seja, é sugerido um determinismo que se constrói sobre os corpos e atribui a eles diferentes significados e comportamentos. Levando isso em consideração, são recipientes da lei cultural. Aqui, nesse caso, o gênero é tão determinado e fixo quanto o que se tem na biologia, mas, nesse caso, não é a biologia que define esse destino, mas a cultura. Tal relação já expõe uma contradição: como um gênero pode ser determinado pelo destino, pela biologia, se o que faz essa determinação são fatores culturais e, portanto, mutáveis?

Para Butler (2018), em alguns casos, o gênero pode ser aplicado às pessoas como uma marca de sinalização da diferença biológica, cultural e até linguística. Para além de uma dimensão de análise, ele também é reconhecido nas pessoas reais a partir dessa marca, que só pode ser compreendida se existe uma pré-definição do que seria o padrão. Em outros casos, pode até mesmo se argumentar que somente o gênero feminino é marcado, e que o universal é o masculino, reconhecido e aceito. Nesse sentido, o único gênero é o masculino; o que se difere estaria lá apenas para enaltecer os homens, como em posse da personalidade, da identidade universal e que está além do corpo. Nesse processo de contradição, de reconhecer as identidades que não estão de acordo com a universal, o gênero se vê marcado, revelando às pessoas reais que não são somente uma contradição ao *status quo*, mas uma expressão de sua própria identidade que se revela através dessa dialética. Um corpo só pode ser diferenciado a partir do entendimento do outro. A relação entre os gêneros, como ele é marcado e identificado, se dá pelo processo de contradição, pelas diferenças entre as identidades.

A paródia do gênero a partir de diferentes identidades revela que a identidade original sob a qual se molda o gênero é uma imitação sem origem, senão essa social e imposta. Em outras palavras, na paródia, ao invés de uma identidade original que pode servir como determinante, o que se tem é a tentativa de adequação ao gênero original e imutável. O gênero não pode existir sem antes uma pessoa para marcar esses aspectos, ou melhor, um grupo de pessoas para deixar essas marcas através das diferenças. Sendo assim, a tentativa de se ter um ideal do gênero correto e imutável não passa disso, uma idealização que está o tempo todo tentando ser alcançada através da impressão nos indivíduos. Não existe um ideal definitivo e constante de comportamento para homens e mulheres. O que se tem, portanto, é uma

mobilização, por parte da cultura hegemônica e heteronormativa, para que as pessoas busquem se adequar a essas imposições.

8.2 Espaço Geográfico e Gênero

Joan Scott (2017) resgata o processo que levou o termo “gênero” a ser compreendido da forma que é hoje. Ela traz uma análise imperiosa que demonstra como isso surge da necessidade de questionamento do que seria uma determinação social imposta às pessoas a partir do sexo delas. Ou seja, uma sociedade e a maneira como ela funcionava já estavam determinadas a partir do momento em que as pessoas nasciam. É muito claro que as razões que levaram o gênero a ser reconhecido como um elemento de análise da sociedade partiram de lutas e movimentos sociais feministas, pois as pessoas que faziam parte eram excluídas de processos sociais. E nisso, há a evidência de que, independentemente do gênero ser reconhecido como importante para as investigações científicas, ele é inerente a todas as pessoas, pois a sociedade em que elas vivem está fundamentada na diferença entre os sexos, que, por mais que esteja sendo questionada há muitos anos, se vê como uma herança, ou melhor, uma anátema.

Scott ainda aborda como existia uma visão de que incluir as mulheres na história implicaria em uma ruptura e redefinição das noções tradicionais do que se dava como historicamente importante, e que resultaria em transformações não só na noção histórica, mas nas atividades públicas e políticas também. Nesse sentido, não era um exagero que partir de uma metodologia que incluiria essa análise sobre gênero e um reconhecimento do papel das mulheres não iria somente criar uma nova história das mulheres, mas sim uma nova história como a conhecemos, que se tornou apagada por esses mesmos processos de exclusão de quem a construiu. Scott ainda traz como o uso do gênero como sinônimo de mulheres foi uma tentativa de despolitizar os estudos de gênero, já que se tratava de um termo mais neutro e que se mostrava capaz de "fugir" da associação que esses estudos possuíam com os movimentos feministas. Nesse sentido, o uso do "gênero" era uma procura em legitimar academicamente os estudos feministas, já que "história do gênero" era menos política do que "história das mulheres". Pouco se debate sobre o papel das mulheres geográficas na história desse campo e em outros campos. E essa problemática se expõe a partir da própria contradição. A necessidade de existência de pessoas para lembrar isso, ou livros particulares com esse propósito, são parte desse processo. Em resumo, deveriam ser parte integral de qualquer pesquisa científica, reconhecidas por suas contribuições e de modo natural, tal qual outros

tantos pensadores que tanto ouvimos falar nos ambientes acadêmicos, *As Geógrafas na História do Pensamento Geográfico* (Claudinho; Coutinho de Paula; Mares, 2024) aborda fatos e informações sobre a presença de mulheres na geografia e na história do pensamento geográfico que antes até então, tiveram e têm sua relevância invisibilizada. Essa tentativa de despolitizar as investigações científicas se torna um problema principalmente naquelas que propõem uma análise sobre as pessoas e suas diferentes relações, relações essas que sejam entre a sociedade em si ou as relações que elas possuem com o meio natural, são relações sobretudo políticas. Apagar a natureza política de um estudo não vai despolitizar ele, vai apenas reafirmar a qual política ele serve, nesse caso, uma que se propõe a não romper com nenhuma estrutura atual que trabalha a partir do apagamento de pessoas e suas vivências, suas histórias, suas posições como pessoas que produzem o espaço.

Santos (2021) aborda como a dinâmica social está atrelada a um conjunto variáveis econômicas, culturais e políticas. A partir da análise de Scott (2017), vemos a importância de reconhecer as dinâmicas dentro dessas variáveis, já que, historicamente, as diferenças sociais baseadas no gênero se estendiam sobre todas elas. Economicamente, cultural e politicamente, as posições ocupadas baseadas no gênero eram desiguais. Santos aborda como essa variável, conforme o momento histórico, dá significados específicos ao meio técnico criado pelo homem. Isso pode ser expandido a partir do entendimento e da compreensão de que as desigualdades baseadas nos gêneros, que refletem sobre essas variáveis, também se expandem sobre o posicionamento material que as pessoas irão ocupar. Para deixar claro, as ferramentas e as funções que as pessoas ocupam, baseadas nas variáveis sociais, também terão uma determinação a partir do gênero. Por isso, materialmente, quando se pesquisava história, antes não se reconhecia a história da mulher. Por isso, materialmente, os livros e os estudos tinham seu nome alterado para a construção de dinâmicas que promovem o apagamento, como a própria Scott expõe:

o reconhecimento que os sistemas econômicos não determinam de forma direta as relações de gênero e que de fato a subordinação das mulheres é anterior ao capitalismo e continua sob o socialismo; a busca, apesar de tudo, de uma explicação materialista que exclua as diferenças físicas e naturais (Scott, 2017, p. 79)

Santos (2021) traz em perspectiva como a geografia deveria ocupar-se de pesquisar o modo pelo qual o tempo e o espaço interagem em um processo onde cada qual, influência em suas transformações, veja, o tempo se torna o espaço de modo que tempos presentes e passados têm papéis específicos no funcionamento do espaço. Aqui é outro momento onde a

geografia de Santos e a análise histórica de Scott se encontram, ambos trazem que as posições ao longo do tempo tem repercussão direta na produção do espaço, seja a posição na interação entre pessoas na sociedade ou a posição que uma pessoa tem em relação às suas condições materiais. Homens e mulheres apresentaram ao longo da história posições distintas em relação a esses pontos, essa diferença nas posições, por sua vez, constata uma produção de diferentes espaços. Vale também atentar como essas produções possuíram diferentes representações, de modo que, as dinâmicas de poder na sociedade relacionadas ao gênero, sempre dessem importância a trabalhos e pesquisas realizadas por homens, enquanto para o oposto, não se fez uma representação, mas um apagamento consciente, uma marginalização objetiva de trabalhos realizados por mulheres.

Essa interseção entre as ideias de Santos e a análise histórica de Scott nos permite explorar mais profundamente a relação entre tempo, espaço e gênero. Ao reconhecer que as posições ao longo do tempo influenciam diretamente a produção do espaço, podemos entender como as desigualdades de gênero moldam as dinâmicas espaciais.

Com base na leitura de Santos, abre-se a possibilidade de aprofundar como podemos relacionar essas duas visões. Ele põe em questão, antes, a definição do objeto de estudo da geografia para ser possível alcançar uma interdisciplinaridade, com uma relação entre as ciências que seja capaz de produzir avanços reais em uma cooperação mútua. Objeto esse que pode ser entendido como o próprio espaço e em como ele se apresenta, um produto histórico.

De acordo com o que Santos (2021) aborda em *Por uma Geografia Nova*, “a sociedade deve ser a preocupação principal de todo e qualquer saber humano”. Não uma sociedade individual, mas sim uma que considera o todo de sua própria realidade. Ele aborda como as divisões nas unidades científicas são parte desse processo, já que, pelas suas características múltiplas atribuídas por seus diferentes agentes, uma sociedade nunca se apresenta na totalidade, mas em cada um dos sujeitos, dos momentos e dos lugares, sob os mais diferentes contextos. Isso explica a razão pela qual as ciências se fragmentam, mas reforça também qual é o seu princípio fundamental.

Um fato fragmentado, por si só, não é eficiente para deduzir alguma realidade, já que cada um deles é, na verdade, uma multiplicidade de determinações, influenciados por diferentes fatores da realidade que atuam nessa dinâmica constante de transformação do espaço social. Vê-se, então, a necessidade de uma transdisciplinaridade, por meio de complementar os fatos investigados de uma realidade com aqueles que poderiam estar ocultos por qualquer que fosse o foco ou recorte, mas que se revelam quando os horizontes de pesquisa se possibilitam por outras ciências e metodologias, que, através do princípio

fundamental de ter em foco a sociedade como objetivo do saber humano, andam em direção ao mesmo propósito.

Segundo Santos (2021), para a geografia, o enfoque na sociedade durante a sua construção de saber se dá pelo próprio objeto que ela busca investigar. O espaço que interessa à geografia não é só o físico, mas também o espaço humano e social, que apresenta por si uma multiplicidade de diferentes espaços resultantes de seus diferentes elementos, naturais e humanos. Elementos esses que, no processo de constante interação e contraste, resultam em objetos de outras disciplinas particulares. Vê-se, então, um processo que deve ser constante de trabalho entre as ciências para a construção efetiva do saber, do entendimento de um todo da realidade e não somente uma fragmentação, se é que isso seja possível em algum nível. O ponto é que se entende como efetiva aquela ciência que consegue cumprir com sua preocupação fundamental. E é por esse caminho que, por mais desafiador que seja propor ciências que, em constante trabalho, possam abranger o todo de uma sociedade, isso só se torna possível por meio de uma reinvenção constante que não vem somente da cooperação entre elas, mas também por meio do processo de ruptura de dogmas pautados e preconceitos que são heranças históricas dos seus processos de formação. Retoma-se que uma ciência também é condicionada pela visão de mundo dos seus pesquisadores, e essas, por sua vez, não são visões neutras, mas sim a construção de uma sociedade política.

Avançando na leitura de Santos (2021). O entendimento de toda a realidade só se dá após se ter o conhecimento dos diversos aspectos dela, o que permite ver os determinados momentos da forma como o pensamento científico evoluiu conforme a sociedade, sob as circunstâncias dos diferentes tempos projetados pela sociedade na qual se encontrava.

Cada nova adição é multiplicadora e não somativa. Cada adição à ciência, de acordo com o que foi aprendido e com as lacunas, proporciona uma evolução que se apoia nesse método analítico. Em resumo, a relação aqui é de troca, onde a ciência evolui pelas análises das lacunas. Ou seja, se eu conheço uma parte da sociedade e como as suas relações se desenvolvem, ao conhecer outra, o conhecimento aprendido é aplicado na análise de novas, do mesmo modo que o que se aprende das novas partes também contribui com a base que já se tinha.

Estudar um determinado espaço com um olhar para a sociedade visando apenas um grupo de pessoas limita onde esse estudo pode chegar. Entender e considerar diferentes grupos vai ser o que abre a possibilidade desse estudo ir além desse limite. Por exemplo, um estudo espacial sobre as relações de trabalho que considere apenas homens vai ter dados e

avanços de modo que sejam limitados a como a sociedade, aqui heteronormativa e com uma herança machista, coloca homens e mulheres em espaços de trabalho diferentes.

Cada estudo tem sua amostra e seu recorte, mas, em casos específicos, entender onde o seu estudo está limitado é inerente se o objetivo é produzir resultados que consoantes à realidade. O problema principal nesse caso é, pois, como já apontado, o histórico das diversas ciências vem de uma sociedade que não considerava outros grupos, apagando qualquer um que estivesse fora do que fosse considerado a identidade correta. O que resultava no conhecimento apenas da parte, mas nunca do todo. É com base na leitura em Spivak (2010) que podemos definir quais partes desse todo serão afetadas, de modo que a negligência em investigar certos aspectos da sociedade não são carentes de uma sistematização. Esse processo de negligência se torna o emudecimento de certos grupos marginalizados, que são invisibilizados em um contexto onde a própria pesquisa geográfica não reconhece suas existências, isso não faz com que em nenhum momento esses grupos deixem de ser agentes de transformação do espaço, mas são invisibilizados.

Tratando-se da geografia, uma ciência que, sobretudo, deve se atentar às questões sociais e suas problemáticas, se torna inviável uma não abertura para esse tipo de trabalho, é tanto uma questão de humanidade quanto uma questão de confiabilidade mesmo, “O espaço que nos interessa é o espaço humano ou espaço social, que contém ou é contido por todos esses múltiplos espaços.” (Santos, 2021. pg 151). Essas multiplicidades de espaços, seja pela materialidade ou pelas relações estabelecidas entre os sujeitos, ficam expostas também na escala da identidade. Nesse sentido, na expressão de gênero de cada indivíduo e na forma como ele reproduz sua materialidade a partir dessa condição.

Com base nisso, torna-se necessário avançar ainda mais nas questões de gênero, sobretudo, definir com clareza do que se trata e como se pode analisar do ponto de vista do que foi apresentado. Como a geografia pode posicionar o gênero na compreensão total da realidade e superação da ignorância e conhecimento apenas das fragmentações da realidade sem concordâncias e desconsideradas parte de um contexto social.

Outro ponto necessário é um ponto de relação entre corpo, identidade e gênero. Abordo isso, pois podem ser conceitos que estão mais distantes do consenso coletivo da geografia e, por isso, como se tornam instrumentos transformadores do espaço pode passar despercebida.

Para a análise, o importante aqui é abordar onde esses três conceitos, que podem ser entendidos de forma diferente, formam um ponto de intersecção. Como já abordado, é a partir de Santos que compreendemos a reprodução do espaço como algo que vem da sociedade e

vice-versa. São as interações sociais que constroem o espaço social que ocupa uma posição física material.

A partir disso, vemos que essas relações podem se dar de diversas formas, mas encontram no processo de dialética da formação da sociedade um constante conflito de ideias, culturas e pessoas distintas que disputam constantemente seu espaço nesse campo material. Entendemos então os corpos como o modo pelo qual as pessoas realizam suas ações nesse meio.

Como o espaço não pode ser analisado somente pelas partes, entendemos que esses diferentes corpos estão sob constante influência do espaço e das relações que se dão nele. É aqui que surge a identidade. A identidade é uma construção sob os corpos, ou seja, a forma pela qual as pessoas se expressam e são vistas, e que se constrói através dos estímulos externos, das ações e interações que se construíram na sua vivência.

Para deixar claro, a identidade e o corpo encontram um ponto de conexão, pois estão em constante interação com diferentes espaços e reproduções sociais. Não são uma construção individual, mas sim algo que constrói e é moldado ao mesmo tempo. A identidade é quase como o próprio espaço social, e se encontra na parte em que se afirma que o espaço também molda os elementos que o produzem.

Segundo Joseli (2009), a ciência geográfica é marcada por concepções de mundo predominantes na sociedade e está profundamente cindida por privilégios de sexo e raça. Tais privilégios expõem qual característica dessa ciência dificulta para que esses grupos possam se expressar através das suas espacialidades, ou seja, quem não se enquadre no recorte hegemônico tem sua existência apagada. Esse apagamento se dá pela construção socioespacial que levou a uma realidade onde esses grupos tinham sua existência, suas ações e identidades desconsideradas como objetos de estudo da geografia.

Como abordado anteriormente, o espaço se torna objeto de constante transformação e, pela natureza das identidades que o transformam, passa por constante conflito, onde os grupos que o formam disputam o espaço de maneira integral. Cada expressão de identidade sobre o espaço carrega parte dessa disputa: políticas, relações de poder, moda, consumo, trabalho, todos esses fatores que estão ligados às atividades exercidas pelas pessoas são também fatores que carregam as identidades desses diversos grupos. Não são por si o objeto de disputa, mas imprimem em seus aspectos espaciais como essas disputas ocorrem.

Sob a luz de Lorena e Ratts (2009), podemos abordar de modo mais aprofundado a relação entre os conceitos de identidade, território e corpo, que estão, em sua raiz, conectados, especialmente sob essa análise e proposta disruptiva da geografia social. A identidade é uma

construção social e se forma a partir das experiências vividas por um indivíduo e do que as suas interações sociais comunicam sobre e sob ele. Em relação ao território, podemos defini-lo como um espaço onde essas desigualdades se manifestam e são negociadas, moldado pelas relações de poder, culturais e políticas presentes nesse contexto. Essas manifestações que partem do espaço podem ser identificadas através da condição dos indivíduos que o constroem; nesse sentido, o corpo é como a identidade desses indivíduos se expressa e atua no território; é também o campo no qual as questões de gênero se manifestam e se entrelaçam com as problemáticas sociais. Fica exposto como as dinâmicas sociais são fator de transformação tanto do espaço quanto das identidades que, nesse contexto, se tornam formadoras desse espaço. Portanto, ao propor uma análise com visão para uma geografia disruptiva, é essencial considerar como a identidade de um indivíduo influencia e é influenciada pelo território e como o corpo serve como reflexo dessas dinâmicas, revelando as complexidades dessas problemáticas sociais associadas ao gênero.

Joseli discorre sobre como, mesmo com um movimento para contestar essa geografia já estabelecida, e procurar por versões que fossem capazes de reproduzir o que seria a realidade social, porém, não tinham base para isso, pois todo o processo de formação e construção intelectual disponível nesse campo científico era também resultado de um saber hegemônico, justo o que procuravam romper.

Sendo assim, todo o processo de construção da ciência geográfica estava também condicionado a esse fator social de que todo pesquisador não é neutro e, portanto, carrega consigo reflexos e visões de mundo da sociedade em que vive. Logo, abordar uma geografia que rompesse com essa base hegemônica tinha que passar por um processo de desconstrução do que se conhecia como discurso geográfico, e nisso, buscou-se revelar os processos que construíram esse discurso na sociedade, e, por meio disso, construir novas versões da ciência geográfica.

Em *Por uma Geografia Nova*, Santos (2021) passa, em determinado momento, pelo mesmo processo de reaver as bases do que construiu a geografia como ciência. Ele busca focar no que seria o objeto de pesquisa, o objetivo que fundamentava essa ciência. Chega-se à conclusão de que esse objeto seria o espaço social, sobretudo, considerando-se as relações das pessoas com esse espaço.

Voltar para a base e buscar entender essas relações cria uma abertura para denunciar como o que se tinha construído até então carregava consigo as consequências de uma geografia que se limitava apenas aos grupos hegemônicos, servia apenas a uma classe. Isso explica também a razão pela qual as novas geografias, juntamente a outras áreas de pesquisa,

estão tão ligadas a movimentos sociais, como abordado no texto, o feminismo sendo um desses movimentos.

Isso nos remete ao que Spivak (2010) aborda, de como a violência se mostra no processo de invisibilização do outro, negá-lo qualquer oportunidade de representação, assim, silenciando-o. Spivak contrapõe alguns pensamentos de que o intelectual estaria em um campo neutro desse conflito, sendo assim, a violência que produzia o silenciamento negava aos subalternos, espaço no campo científico hegemônico. Ao se colocar em posição neutra, isso implica que manter o *status quo* não é uma problemática, só quem se mantém silenciado nesse processo são aqueles que sempre estiveram. O subalterno continua sofrendo da carência de alguém que possa representar a sua condição de silenciado. Para Spivak, representar e falar exigem dois lados, um que possa falar e outro para ouvir, mas, para o subalterno, esta dinâmica sempre terminava no silêncio do outro, na surdez do favorecido. Nesse processo, se enfatiza uma necessidade de criar, por parte das intelectualidades, meios para que os subalternos possam ser ouvidos

E é com base nisso que, quando se busca integrar um olhar para o gênero através da geografia. Vê-se também a necessidade de um olhar para o espaço que fuja dos padrões que conhecemos e estamos acostumados. Nesse sentido, padrões que seguiram uma linha de evolução histórica baseada, em sua maioria, em leituras espaciais eurocêntricas e voltadas para uma imagem do homem, ou seja, uma visão do espaço heteronormativa. Essa necessidade nasce de um entendimento de que, por mais que a geografia de Santos permita abertura para a abordagem da teoria de gênero, ela se vê limitada pela forma como a mesma se propõe a trabalhar o todo. Aqui, o que se vê fora da dinâmica de objetos e dos fixos e fluxos que Santos propõe. Ele coloca em questão como, nesse caso, uma interação entre diferentes ciências pode ser o caminho para esse entendimento de outras temáticas, mas considerar que somente se torna possível a abordagem do gênero na geografia a partir do trabalho com outras ciências implica que o mesmo não seja de interesse quando realizamos pesquisas geográficas.

Nesse sentido, esse outro olhar para o espaço pode ser trazido pelo que estabelece Massey (2008) em sua obra *Pelo Espaço*, onde a mesma propõe uma desconstrução do que conhecemos como espaço, e o aborda com um olhar sobretudo para as identidades: “O espaço não existe antes das identidades/entidades e suas relações” (MASSEY, 2008, p. 30).

A proposta de Massey envolve uma reflexão sobre o conceito de espaço, indo além da ideia de vê-lo apenas como uma extensão de terra pela qual nos deslocamos. Ela desafia a perspectiva de considerar o espaço como algo estruturado a partir de uma única cosmologia,

ignorando as relações entre multiplicidade e heterogeneidades. Além disso, Massey questiona a separação entre lugar, localidade e o espaço externo.

O primeiro passo para essa desconstrução do espaço é reconhecê-lo como produto de inter-relações, ou seja, como algo que se constrói e se forma através de interações, sejam essas de imensidão global ou até mesmo interações menores. O segundo passo é a compreensão e definição do espaço com essa esfera de possibilidade de existência da multiplicidade, levando em conta um sentido de multiplicidade. Aqui a relação é constante, em vista de que o espaço que possibilita a existência dessas relações é também construído por elas. Nesse sentido, o espaço e a multiplicidade são interdependentes; não existe a multiplicidade sem o espaço e não há espaço sem a multiplicidade. O terceiro ponto se dá como reconhecimento do espaço como sempre em construção, já que ele é formado pelas relações que também estão sempre em mudança. Ele nunca está completo ou fechado. Pode-se imaginar o espaço como um conjunto de histórias em constante andamento.

Massey constrói uma abordagem alternativa que permite olhar para o espaço a partir das relações. Nesse ponto, a relação de tempo e espaço já é compreendida como inseparável, no sentido de abandonar aquela geografia física e estática. Ela aponta para uma espacialidade que está sempre sendo modificada, que só se dá pelo entendimento do espaço como algo aberto, aberto à sua própria multiplicidade, que gera o inesperado. Os lugares tornam-se pontos de encontro e não encontros, de geração do novo através do cruzamento de histórias que acontecem e se transformam.

Quando se define o espaço como imutável, nega-se a existência dessas multiplicidades, sobretudo das identidades que fazem parte dessa construção. Assim como a busca por um gênero ideal, a definição do espaço como imutável acarreta uma falsa esperança de que ele, em algum momento, fosse o que se idealizou sobre, que em algum momento fosse natural e não associável aos elementos que o compõem. Isso pode ser observado no capítulo 6 de *Pelo Espaço*, onde o argumento de Massey é de que as especificidades no espaço são mais resultantes da interação do que do isolamento espacial. O lugar não deve também ser pensado como produto das inter-relações; aqui se exclui a existência de um lugar original ou ponto de partida, ou seja, uma posição anterior à relação.

Em resumo, podemos definir o espaço para Massey como uma “esfera da possibilidade de existência da multiplicidade”. Levando isso em consideração, a própria geografia que se propõe a estudar o espaço deveria também se colocar em posição de reconhecimento dessa multiplicidade. O potencial já existe, e até mesmo podemos considerar que isso ocorra. O problema se dá no momento em que os pesquisadores que se colocam a explorar essa

multiplicidade se dão como a exceção. Sendo assim, quem explora o estudo da geografia com um olhar para a multiplicidade está fugindo do padrão, o que deveria ser um movimento contrário, dado que o próprio objeto de pesquisa, o espaço, é a possibilidade e reconhecimento da existência da multiplicidade de identidades.

Para esse encaminhamento, abrir a geografia e a discussão do espaço para diálogo com as principais políticas e lutas progressistas contemporâneas se dá como um caminho claro. Se antes a geografia só poderia atender às questões sociais de identidade através do trabalho com outras ciências, agora, com a desconstrução que Massey estabelece, esse cenário muda. Agora, o debate teórico-político se vê sobre a própria bússola da geografia, que pode caminhar por ela mesma no reconhecimento dessas lutas e identidades.

O espaço é tão desafiador quanto o tempo. Nem o espaço nem o lugar podem fornecer um refúgio em relação ao mundo. Se o tempo nos apresenta as oportunidades de mudança e (como alguns perceberiam) o terror da morte, então o espaço nos apresenta o social em seu mais amplo sentido: o desafio de nossa interrelacionalidade constitutiva – e, assim, a nossa implicação coletiva nos resultados dessa inter-relacionalidade, a contemporaneidade radical de uma multiplicidade de outros, humanos e não-humanos, em processo, e o projeto sempre específico e em processo das práticas através das quais essa sociabilidade está sendo configurada. (Massey, 2008, p. 274)

Ter um olhar para a geografia aberta e das inter-relações se trata de, sobretudo, reconhecer uma multiplicidade não só das identidades, mas também de trajetórias históricas próprias, que se cruzam, se conectam e se desconectam, formando, nesse processo, o espaço com base nessas relações. Nesse ponto, vale ressaltar como Massey não propõe somente uma ruptura com um passado estático e único, mas também reconhece como essas histórias, alternativas ao hegemônico, são portadoras de um futuro próprio. Não há um ponto onde a interação dessas diferentes histórias vai inevitavelmente culminar em um espaço só.

Para avançar, construímos um quadro sintético da conceituação de espaço, atentando-se ao fato de que este quadro não é uma definição universal, mas uma proposta de tensionamento e comparação entre Milton Santos e Doreen Massey

9. Espacialidade do espaço para Santos e Massey

Tabela 1: conceito de espaço com base na definição dos autores.

Autor	Define o espaço	Aplicação
-------	-----------------	-----------

Milton Santos	Formado por fixos e fluxos, que interagem se alternam.	Reprodutor das relações sociais de produção, cada pessoa é tanto produto quanto produtor das relações sociais.	Transformado por um sistema de objetos e ações, que correspondem a determinadas condições sociais e momentos históricos.		Requer uma análise sobre essas interações e sistemas que correspondem de acordo com seus contextos sociais, instância social produto/produtor das relações, nesse sentido, se encontra abertura para aplicação na teoria de gênero, sendo o gênero, parte fundamental da construção de qualquer identidade que reproduz sua espacialidade dentro de seu determinado contexto.
Doreen Massey	O espaço deve ser desconstruído e abordado de uma nova perspectiva de análise.	Reconhece o espaço como um produto das inter-relações, estabelecido através dessas interações tanto em escala global quanto em escalas mais íntimas.	Compreende a definição do espaço como essa esfera de possibilidade da existência multiplicidade, constante e construído através delas, de modo que ambos não possam ser desassociados.	Reconhece o espaço como sempre em construção, formado pelas relações que também estão em constante mudança. Nunca está completo; é, nesse sentido, um conjunto de histórias em constante andamento.	Geometrias do poder e espaço como campo das inter-relações. O espaço não é normativo coetâneo, não é uma representação, mas sim, um fazer constante das relações sociais, um encontro de ações e conflitualidades, nesse sentido, os corpos disruptivos/não heteronormativos constroem espaços através de relações múltiplas, diversas e plurais.

Para Santos, podemos definir o espaço como formado por um conjunto de fixos e fluxos, coisas fixas, e coisas que se originam das fixas, fluxos que por sua vez chegam as coisas fixas. Um objeto geográfico é fixo, mas também um objeto técnico, um objeto social, graças aos fluxos. Fixos e fluxos interagem constantemente e se alternam nesse processo.

Santos (2006) em *A Natureza do Espaço* define que os objetos são resultados do trabalho, podemos definir as coisas como aquilo que está na natureza, e que, a partir da atividade humana e das intenções sociais, passam a ser objetos. A criação de objetos responde a condições sociais e técnicas relacionadas a um determinado momento histórico.

A ação é a execução de um ato, é a realização de algo que supõe uma situação, é um deslocamento do ser no espaço, uma mudança no meio. Nesse sentido, o resultado da ação

visa provocar alteração onde se insere. Em virtude dos objetos técnicos, a ação é cada vez mais racional. Em resumo, Santos define o espaço geográfico como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e ações. Elementos que não podem ser considerados em sua singularidade, mas como um quadro único de como os processos históricos ocorrem. Os objetos são elementos, materiais, tecnologias, já os sistemas de ações envolvem as intencionalidades e atividades humanas, moldadas por relações sociais e econômicas que definem essas ações. E é essa relação contínua que molda o espaço geográfico com o passar do tempo. “Cada pessoa, cada objeto, cada relação é um produto histórico. Dessa maneira, conseguimos compreender como nossa disciplina estuda as relações, que se dão através dos objetos.” (Santos, 2021, p. 64).

Assim, pode-se entender a totalidade como o conjunto de todas as existências e essências ao mesmo tempo. Em outras palavras, Santos considera que esses elementos estão interligados simultaneamente. Nesse contexto, cada indivíduo é parte dessa totalidade e atua como um agente social.

Compreende-se então que cada pessoa é tanto produto quanto produtor das relações sociais. Essa relação constante de interações é responsável pela mudança no espaço. As pessoas moldam o espaço em que vivem, mas também são moldadas por ele. Ainda que por um comando da totalidade global, o lugar é singular por causa dessas interações, que produzem variáveis. Em resumo, a aplicação da teoria de Santos requer uma análise sobre as interações entre esses sistemas e objetos, de acordo com seus diferentes contextos sociais.

Massey segue por propor uma desconstrução do que conhecemos como espaço, sobretudo abordando os desafios nesse processo, vindos do que poderíamos classificar como lógica normativa. Entende-se pelo processo onde o que define e governa o espaço são regras baseadas em estruturas de poder hegemônicas, que, no processo de manutenção dessa hegemonia, promovem desigualdade e apagamento de determinados grupos.

Massey aborda como o espaço não deve ser visto somente como uma extensão física e territorial, mas como um campo de dinamicidades onde diferentes histórias e temporalidades se cruzam, se transformam e se separam. Isso abre espaço para um reconhecimento de lógicas diversas que escapem do padrão normativo de sociedade. O espaço é retirado do quadro conceitual que o associa ao estático e passa a ser pensado por um ponto de vista das inter-relações, contemporaneidade, dinamismo e abertura. Ou seja, não se vê mais fechado, mas como algo associado a essas inter-relações que promovem a dinâmica e a mudança do mesmo.

A aplicação da teoria de Massey requer uma análise onde o espaço deve ser aberto. Isso se torna necessário para possibilitar que o futuro seja sujeito a uma adaptabilidade capaz de absorver diferentes políticas, de modo que as características particulares do espaço possam ser reconhecidas. Sendo assim, o espaço não pode ter uma simultaneidade completa, onde as interconexões já estão estabelecidas e onde todos os lugares já estão ligados reciprocamente. O espaço permite a construção de múltiplas identidades e, nesse sentido, ocorrem as múltiplas ligações. Por isso, ele deve ser aberto, e é inviável que ele seja inflexível e completo.

Na leitura da teoria de gênero, ambos os autores mostram contribuições; a diferença está na abordagem necessária para que isso se torne possível. Santos não aborda gênero por si só, mas propõe uma leitura que nos permite olhar para a reprodução do espaço a partir de uma dinâmica onde, via uma interdisciplinaridade proposta por ele, podemos identificar como os fixos e os fluxos podem ser abordados sob uma perspectiva da identidade.

Ou seja, Santos tem limites, e esses mesmos se encontram ao ponto em que a sua análise está sobre a materialidade e as desigualdades e dinâmicas que partem dela, mas não se propõe a olhar para as identidades que estão postas para antes dessa materialidade. Antes de um contexto global, as diferenças locais não se dão somente pela materialidade de seus sujeitos, mas pela distribuição desse fator. Identidades diferentes possuem espacialidades diferentes, da mesma forma que possuem materialidades distintas.

A diferença para Massey está nesse ponto, já que ela propõe uma análise do espaço que considera, sobretudo, um olhar sobre as identidades e como a dinâmica das inter-relações são agentes de transformação nesse processo. Para resumir, antes de um contato com o contexto social global, cada lugar possui suas próprias histórias e seu próprio caminho; ao se encontrarem, produzem o espaço pelo cruzamento das suas histórias e identidades.

Antes de olhar para a materialidade, há a necessidade de prestar atenção às dinâmicas de poder que promoveram o apagamento dos grupos que não puderam ter suas espacialidades representadas pela materialidade. Nesse caso, os grupos subalternos, aqui representados pela diversidade de identidades, se tornam agentes das transformações espaciais e das dinâmicas sociais, mesmo privados dessa representação.

10. Conclusão

Tendo em consideração os objetivos a serem atingidos, fez-se possível atingi-los, mas com algumas considerações. A partir da leitura e dos processos debatidos, ficam claras algumas questões e problemáticas que envolvem a aplicação da teoria de gênero nas análises espaciais e estudos de geografia. Sobretudo, enfrenta-se um desafio que envolve nossos

próprios preconceitos, que se origina de todo um processo histórico e de produções científicas que, em um contexto de emudecimento de certos grupos, nos orientou a sempre questionar se esses estudos são realmente necessários. Tendo isso em consideração, ficam também claros os pontos que devem ser considerados e que reforçam a importância de considerar o gênero quando feitas as análises geográficas. Ou seja, a influência desse fator na reprodução do espaço e de suas dinâmicas aparece tanto no discurso de Santos quanto no de Massey; a diferença nos dois está no que eles se propõem.

Em resumo, é, sim, possível fazer uma análise sobre a influência do gênero na reprodução do espaço a partir do conceito de Santos. O problema é que ele está limitado pela própria produção do autor, que, por mais que aborda fatores sociais, faz isso por meio do que seria o espaço e as representações normativas. Abordar o gênero pela perspectiva de Santos envolve trabalhar isso em conjunto com outros autores, algo que o mesmo também discute, a importância da interdisciplinaridade para o entendimento do todo. Aqui, o todo se dá pelo entendimento não só das relações e produções sociais do grupo normativo, mas também dos grupos que têm suas vozes silenciadas nesse processo.

Já na análise do trabalho de Massey, é proposto que o gênero em si seja ponto de análise. Aqui, as reproduções espaciais estão, em um ponto de partida, pautadas na multiplicidade de identidades e vivências. Não se trata apenas de olhar para os grupos silenciados e identificar suas questões, mas sim de olhar a partir desses grupos, de como, para além de uma estrutura hegemônica, eles reafirmam sua identidade através da sua existência. É nesse sentido que também se propõe uma visão para um espaço que esteja aberto e não idealizado, assim como o gênero em si, que reconhece que essa idealização que parte de um conjunto de normas hegemônicas não passa de algo falso, uma identidade universal e imutável falsa, um espaço estático e imutável falso.

Por fim, esse processo de desconstrução e olhar para o espaço com uma visão para o gênero reafirma que a geografia não é neutra e muito menos seus investigadores; escolher ignorar é escolher um lado. O espaço que Massey propõe também cutuca para uma geografia que seja apta a absorver as lutas sociais. É sobre construir um futuro para esses grupos, e não somente que eles possam se incluir no futuro dos outros; trata-se de dar voz e razão para suas lutas e suas afirmações de que são mais do que apenas identidades a serem reduzidas, objetificadas e apagadas.

Referências

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. **O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 71-96, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/mQtGPDfjR85HxSSLtmgCzbM/> Acesso: 03 ago. 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/869762/mod_resource/content/0/Judith%20Butler-Problemas%20de-g%C3%AAnero.Feminismo%20e%20subvers%C3%A3o-da%20identidade-Civiliza%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira-%202018.pdf Acesso: 03 fev. 2025.

CIRQUEIRA, José Vandério. **Geografias subterrâneas: para ensinar uma prática geográfica nas trincheiras da anarquia**. Porto Alegre: Deriva: Monstros dos Mares, 2018.

CIRQUEIRA, José Vandério; FEITOSA, Wallace Vitor Leão. **Invisibilidade da Mulher na História Do Pensamento Geográfico: o caso de Mary Arizona (Zonia) Baber**. Revista de Geografia da UEG, [S. l.], v. 9, n. 2, p. e922027, 2020. Disponível em: [//www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/11089](http://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/11089) Acesso: 10 fev. 2025.

CLAUDINHO, Guilherme dos Santos; COUTINHO DE PAULA, Larissa Araújo; MARES, Rizia Mendes. **As Geógrafas na História do Pensamento Geográfico: Uma Breve Introdução**. São Paulo: Consequência, 2024.

CRUZ, Valter do Carmo. **Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

FERRARI, Anderson. **Educação como exercício de diversidade**. – Brasília : UNESCO, MEC, ANPEd, 2005. p 351 a 370. – (Coleção educação para todos; 7). Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/publicacoes/semesp/vol7div.pdf/view> Acesso: 03 ago 2024.

G1. "Em vídeo, Damares diz que 'nova era' começou: 'meninos vestem azul e meninas vestem rosa'." G1, 3 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml> Acesso: 11 fev. 2025.

Glossário da Diversidade. Disponível em:

<https://www.defensoria.rs.def.br/upload/arquivos/201906/28134614-glossario-da-diversidade.pdf> Acesso: 03 fev. 2025

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HERMIDA, Jorge Fernando; LIRA, Jailton. **A educação e o avanço da nova (ou extrema?) direita no Brasil: entrevista com Gaudêncio Frigotto**. Roteiro, [S. l.], v. 45, p. 1–14, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/23215> Acesso: 05 out. 2024.

JESUS, Beto; RAMIRES, Lula; UNBEHAUM, Sandra; CAVASIN, Sandra. **Diversidade sexual na escola**: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens. Ed. Especial, revista e ampliada. São Paulo: ECOS – Comunicação em Sexualidade, 2008. Disponível em: https://observatoriodh.com.br/wp-content/uploads/2020/08/diversidade_sexual.1968.pdf Acesso: 13 jun. 2024.

LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. San Pablo: CLACSO, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. **Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade**. Formação docente—revista brasileira de pesquisa sobre formação de professores, v. 3, n. 4, p. 62-70, 2011. Disponível em:

<https://www.revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/31> Acesso: 05 out. 2024.

LOURO, Guacira Lopes. . **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p. 14-36 Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5746708/mod_resource/content/4/G%C3%AAnero%2C%20Sexualidade%20e%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20-%20uma%20perspectiva%20p%C3%B3sestruturalista%20-%20Guacira%20Louro.pdf Acesso: 05 out. 2024.

LUGONES, Maria. **Colonialidade e gênero**. Tabula Rasa [online]. 2008, n.9, pp.73-102 Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1794-24892008000200006&lng=pt Acesso: 03 fev. 2025.

Manual de Comunicação LGBT. UNAIDS Brasil. Disponível em:

<https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Manual-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o-LGBT.pdf> Acesso: 03 fev. 2025

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: Uma nova política da espacialidade**. Tradução: Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MATOS, Marlise. **Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências**. Revista Estudos Feministas. v. 16, n. 2, 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/6Y8dcfxYKPXWmyyZmhF5yph/> Acesso: 13 jun. 2024.

Poder360. **"Em post com filha de 11 meses, Eduardo Bolsonaro critica 'ideologia de gênero'."** Poder360, 3 de outubro de 2021. Disponível em:

<https://www.poder360.com.br/brasil/em-post-com-filha-de-11-meses-eduardo-bolsonaro-critica-ideologia-de-genero/> Acesso: 11 fev. 2025.

RATTS, Alecsandro José Prudêncio. **Corporeidade e diferença na Geografia Escolar e na Geografia da Escola: uma abordagem interseccional de raça, etnia, gênero e sexualidade no espaço educacional**. Terra Livre, [S. l.], v. 1, n. 46, p. 114–141, 2018. Disponível em:

<https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/680> Acesso: 11 fev. 2025.

Redação G1. **"Agora só existem dois gêneros: masculino e feminino", diz Trump em discurso de posse.**" G1, 20 de janeiro de 2025. Disponível em:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/01/20/agora-so-existem-dois-generos-masculino-e-feminino-diz-trump-em-discurso-de-posse.ghtml> Acesso: 11 fev. 2025.

REVISTA FÓRUM. **Mais de 340 projetos de lei anti-LGBT+ tramitam no Brasil, mostra levantamento**. Revista Fórum, 12 nov. 2024. Disponível em:

<https://revistaforum.com.br/lgbt/2024/11/12/mais-de-340-projetos-de-lei-anti-lgbt-tramitam-no-brasil-mostra-levantamento-169198.html>. Acesso: 3 fev. 2025.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos**. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia / Milton Santos; em colaboração com Denise Elias**. - 6. ed. 3. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2021.

SILVA, Susana Maria Veleda. **Geografia e gênero/geografia feminista-o que é isto?**.

Boletim gaúcho de geografia, v. 23, n. 1, 1998. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38385> Acesso: 04 ago. 2024.

SCHUQUEL, Thayná. "**Bolsonaro: 'Brasil não pode ser país do turismo gay. Temos famílias'.**" Metrópoles, 26 de abril de 2019. Disponível em:

<https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/bolsonaro-brasil-nao-pode-ser-pais-do-turismo-gay-temos-familias> Acesso: 11 fev. 2025.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso: 3 fev. 2025.

SILVA, Paulo Gabriel Guimarães; SILVA, Luan do Carmo da; DRESCH, Jaime Farias (Org.). **Gênero**. Dicionário Ciência na Escola. 1. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. p.

125-127. Disponível em:

<https://pedrojoaoeditores.com.br/produto/dicionario-ciencia-na-escola/> Acesso: 06 out. 2024.

SILVA, Joseli Maria. **Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica**. Revista de História Regional, [S. l.], v. 8, n. 1, 2007. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2167>. Acesso em: 6 out. 2024.

SILVA, Joseli Maria (Org.). **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SILVA, Joseli Maria (Org); ORNAT, Marcio José(Org); JUNIOR, Alides Baptista

Chimin(Org). **Geografias malditas: corpos, sexualidades e espaços**. Ponta Grossa:

Todapalavra, 2013.

SOUZA, Lorena Francisco de; RATTTS, Alecsandro José Prudêncio. **Espaço, cultura e poder: gênero e raça em análise na geografia**. Ateliê Geográfico, Goiânia, v. 3, n. 1, p.

107–120, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/6257>. Acesso: 2 fev. 2025.

SOUZA, Lorena Francisco de; RATTTS, Alecsandro José Prudêncio. **Raça e gênero sob uma perspectiva geográfica: espaço e representação**. Boletim Goiano de Geografia, vol. 28, núm. 1, enero-junio, 2008, pp. 144-156. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/3371/337127149009.pdf> Acesso: 2 fev. 2025.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.